

Funaro diz que novo pacote

Economia - Brasil

Brasília, 19/7/86 □ 1º caderno □ 21

não reduzirá salários

Brasília/Foto de Wilson Pedrosa

Brasília — As medidas de ajuste do plano cruzado que estão sendo preparadas pela equipe econômica governamental visam ao desenvolvimento do país e não irão, de forma alguma, implicar a redução da renda dos assalariados, esclareceu o ministro da Fazenda Dilson Funaro, em entrevista. Ele confirmou que o governo está concluindo o plano de metas, a reforma administrativa “e alguns pontos que farão o país crescer”, entre eles, a criação de fontes de financiamento do plano de metas.

“O que precisamos é fazer crescer os investimentos, a infraestrutura e modernizar o Estado. É exatamente isto que estamos estudando”, disse Funaro. O Ministro se recusou, porém, a entrar em detalhes sobre as medidas em elaboração e também não quis revelar a data em que serão anunciadas.

— Não temos pressa em fazer qualquer correção (no plano de estabilização econômica). Modificações podem ser feitas a qualquer momento em que se achar que é necessário. No momento em que estiverem prontas, avisou.

Ele revelou que já recebeu do ministro do Planejamento, João Sayad, o esboço do plano de metas, adiantando que serão adotadas medidas com vistas à criação de fontes de financiamento para viabilizar o programa.

A preocupação do ministro, durante toda a entrevista, não era esclarecer as medidas em estudo mas tranquilizar os trabalhadores e os empresários a respeito dos “boatos” que vêm circulando sobre o conteúdo do novo pacote. Neste sentido, desmentiu os rumores sobre a decretação de uma desvalorização cambial, taxaão da bolsa de valores (“isto fez cair a bolsa”) e criação de novos impostos.

— Aumento de impostos para tirar a renda não vamos fazer — disse. O dinheiro já é do trabalhador e vai ficar com ele. Ele é que gasta o que achar necessário e poupe o que quiser. Esta é a base das medidas.

O ministro enfatizou, de forma bastante categórica, que o governo não irá adotar qualquer medida que resulte na diminuição da renda dos assalariados. Ao contrário, reiterou ele, a melhoria da distribuição de renda é uma das premissas básicas da política econômica governamental.

— Qual o problema do governo? Melhorar as condições salariais do povo brasileiro e fazer a distribuição de renda, o que fizemos através do Plano Cruzado. Vamos chegar agora e tirar dinheiro dos assalariados? Não. O que podemos fazer é correções no sentido de respeitar a distribuição de renda que promovemos. Não será quatro ou cinco meses depois que vamos suprimir a distribuição de renda.

Ao enfatizar o crescimento dos salários proporcionado pelo plano de estabilização econômica, Funaro destacou que o custo da cesta básica de alimentos teve uma diminuição de



Funaro, de costas para Maciel, conversa com general Ivan

3% desde o início da reforma, “o que significa um aumento real de salários de 3%”.

Ao reiterar sua preocupação com o crescimento exacerbado do consumo, o ministro da Fazenda deixou claro que poderão ser tomadas medidas para conter o violento aumento de vendas de automóveis:

— O ideal hoje no Brasil é que o consumo fosse um pouco menor no setor de automóveis. Estamos examinando e renovamos o apelo: se a população puder adiar compras, adie.

“Permitimos um grande aumento de salários e houve um grande aumento de consumo”, observou ele, ao assinalar que o setor produtivo vem fazendo o possível para acompanhar o crescimento do consumo verificado após a reforma mone-

tária. Revelou, com indisfarçável orgulho, que está havendo um aumento mensal de produção de novas máquinas no país no valor de 200 milhões de dólares e um crescimento de empregos no ritmo de 1% ao mês — “taxa nunca alcançada no país”.

— Passados apenas quatro meses e meio do fim da correção monetária, é preciso dar tempo para que o país produza mais.

Outra preocupação de Funaro foi evitar que as medidas “corretivas” a serem baixadas pelo governo para ajustar o plano cruzado venham a ser confundidas com os pacotes adotados pelos governos passados. “Não vamos, em nenhum momento, utilizar de pacotes antigos para fazer ou impor à sociedade medidas que não estão de acordo com o desejo da população”, garantiu.